

# HLASA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 39.393.829/0001-37

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação da Companhia:** A HLASA Participações S.A. – HLASA, é uma holding não financeira controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte do país, com atuação nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. A HLASA foi constituída em setembro de 2020 e tem por objeto social a participação em sociedades. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que o valor dos recursos financeiros retidos pela Companhia é suficiente para fazer frente as suas obrigações nos próximos 12 meses, e que conta ainda com o suporte financeiro da sua acionista controladora para manutenção das suas atividades caso seja necessário. **Resultados:** A HLASA é uma companhia em fase pré-operacional e sem atividades ou participações em sociedades contabilizadas nas suas Demonstrações Financeiras. Por este motivo, sua Demonstração do Resultado do Exercício apresenta somente as despesas iniciais de constituição de uma companhia, como as relacionadas aos serviços de registro dos atos societários, auditoria e consultoria.

### BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais)

ATIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	250.000
Total do ativo circulante		250.000
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>250.000</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	31/12/2020
Contas a pagar	9	170.826
Parte Relacionada	5	15.000
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>185.826</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	6	250.000
Prejuízos acumulados		(185.826)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>64.174</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>250.000</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2020
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	9	(185.826)
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>7</b>	<b>(185.826)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)</b>	<b>7</b>	<b>(0.7433)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2020. (Valores expressos em reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS: 1.1) Operações da Companhia:** HLASA Participações S.A. ("HLASA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Av. Almirante Barroso, 52, salas 3001 e 3002, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 23 de setembro de 2020, e tem como objeto social a participação em outras sociedades, seja de negócios relacionados às concessões e/ou outras, como quitista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado. A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional. A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que o valor dos recursos financeiros retidos pela Companhia é suficiente para fazer frente às suas obrigações para os próximos doze meses, e que conta ainda com o suporte financeiro da sua acionista controladora para manutenção das suas atividades, caso seja necessário. **1.2) Efeitos da pandemia do COVID-19:** Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. A COVID-19 vem impactando as condições econômicas e de mercado e desencadeando um período de desaceleração econômica global, o que poderá trazer reflexos nos futuros investimentos da Companhia. A administração da Companhia segue observando as orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta à pandemia. Até o momento da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio. Por isso, quando da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, havia, ainda, grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia e nos resultados das empresas em que a Companhia poderá ter participação e, consequentemente, da Companhia, não sendo possível precisar os reais impactos do avanço da COVID-19 para os negócios da Companhia. **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis referente ao período compreendido entre 23 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). O encerramento das e a aprovação para divulgação das presentes demonstrações contábeis foram autorizados pela Administração da Companhia em 25 de março de 2021. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **a) Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade operacional dos negócios. A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem as contas bancárias, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. **2.2. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encar-

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$)	2020
<b>Receitas &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(185.826)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(185.826)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(185.826)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(185.826)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(185.826)</b>

Em 2020, o Capital Social Integralizado da Companhia era de R\$ 250 mil, recursos que estão em caixa e disponível para cobrir as despesas operacionais previstas para os próximos 12 meses.

Ativo (R\$)	2020
<b>Ativo Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	250.000
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>250.000</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>250.000</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais)

	31/12/2020
PREJUÍZO DO PERÍODO	(185.826)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>(185.826)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais)

	Capital social					Prejuízos acumulados	Total
	Nota	Capital subscrito	a integra-lizar	integra-lizado	Prejuízos acumulados		
Capital subscrito	6	1.000	-	1.000	-	1.000	1.000
Capital a integralizar	6	-	(1.000)	(1.000)	-	(1.000)	(1.000)
<b>SALDOS EM 23 DE SETEMBRO DE 2020</b>		1.000	(1.000)	-	-	-	-
Capital integralizado em 01 de outubro de 2020	6	-	1.000	1.000	-	1.000	1.000
Aumento de capital em 08 de outubro de 2020	6	249.000	-	249.000	-	249.000	249.000
Resultado do período		-	-	-	(185.826)	(185.826)	(185.826)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>250.000</b>	<b>-</b>	<b>250.000</b>	<b>(185.826)</b>	<b>64.174</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

gos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.3. Tributação:** A tributação sobre o resultado do período inclui o imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao resultado contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apurou lucro tributável no período. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Tendo em vista a situação pré-operacional da Companhia e a apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social apurados no período, os respectivos impostos diferidos não foram reconhecidos. **2.4. Resultado por ação:** O resultado por ação será calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação será calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.5. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (CPC 48 / IFRS 9) - Instrumentos financeiros. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. A Companhia em 31 de dezembro de 2020 não possui instrumentos financeiros derivativos. **2.6. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.7. Normas e interpretações novas emitidas e não adotadas antecipadamente:** Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020. **3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:**

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2020
Caixa e bancos	250.000
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>250.000</b>

Os recursos provenientes da integralização e aumento de capital nos valores de R\$ 1.000 e de R\$249.000, respectivamente, foram depositados no Banco Itaú. **4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES: a) Imposto de renda e contribuição social no resultado:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(185.826)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	63.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(63.181)
Total dos impostos no resultado	-

**5. PARTES RELACIONADAS:** As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo Invepar, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em outubro de 2020, a Companhia acordou com a sua controladora Invepar o rateio custos, despesas e outras avenças, tendo por objeto regular o compartilhamento de custo e despesas relacionados às instalações e recursos administrativos, financeiros ou de pessoal, utilizados, aproveitados e/ou colocados à disposição

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **HLASA Participações S.A.**, Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da HLASA Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de setembro de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HLASA Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 23 de setembro de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase:** Chamamos a atenção a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia possui o objeto social de participar em outras empresas ou atividades relacionadas a esse objeto. Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis a Companhia se encontra em fase pré-operacional e não possui participações em outras empresas e, consequentemente, depende de recursos aportados por seus acionistas para manutenção de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Divulgação de transações entre partes relacionadas. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 - "Contexto operacional" e nº 5 - "Partes relacionadas", a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, gerando necessidade de que os recursos utilizados para manutenção de suas operações e para a operacionalização de suas rotinas administrativas sejam provenientes da estrutura financeira de seu acionista controlador. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista o requerimento de que a demonstração contábil da Companhia contenha as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial, das demonstrações de resultado e demais itens das demonstrações contábeis estarem afetados por transações com partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de

auditoria incluíram, entre outros: (i) discussão com a administração sobre a necessidade de aporte de recursos, provenientes de seu acionista controlador, na operacionalização e continuidade das rotinas administrativas; (ii) avaliação das divulgações realizadas em nota explicativa, incluindo compromissos assumidos; (iii) revisão da documentação suporte fornecida pela administração; e (iv) obtenção de representações formais da administração sobre todas as condições e mensurações dos compromissos assumidos entre partes relacionadas (e respectivas divulgações nas notas explicativas). Com base na abordagem, nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos como aceitáveis as divulgações efetuadas pela Administração no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 23 de setembro de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do**

Passivo (R\$)	2020
<b>Passivo Circulante</b>	
Contas a pagar	170.826
Partes Relacionadas	15.000
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>185.826</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>185.826</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>64.174</b>
Capital Social	250.000
Resultado do Período	(185.826)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>250.000</b>

**Audidores Independentes:** A HLASA utiliza os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde a sua constituição, em setembro de 2020. Para as Demonstrações Financeiras elaboradas para fins de registro na CVM, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA-200. Rio de Janeiro, 25 de março de 2021. **Marcus Vinicius Figur da Rosa** - Diretor de Relações com Investidores.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS COMPREENDIDOS ENTRE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020
Prejuízo antes dos impostos e contribuição	(185.826)
Aumento nos passivos operacionais	-
Contas a pagar	170.826
Parte Relacionada	15.000
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
Integralização do Capital social	250.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	250.000
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>250.000</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	250.000
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>250.000</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais)

	31/12/2020
Insumos adquiridos de terceiros	(185.826)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(185.826)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(185.826)
Total do valor adicionado a distribuir	(185.826)
Distribuição do valor adicionado	(185.826)
Remuneração de capital próprio	(185.826)
Prejuízo do período	(185.826)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

da Companhia, de forma comum, no desenvolvimento das atividades necessárias e usuais à consecução do seu respectivo objetivo social. A Companhia reembolsará mensalmente a INVEPAR o montante de R\$ 5.000 proveniente desse compartilhamento de custos e despesas. Os critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Não há garantias e seguros relacionados. O Contrato tem validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado por igual período por meio de Termo Aditivo. Qualquer alteração do controle acionário da Companhia o valor mensurado deverá renegociado entre as partes e deverá, também, ser objeto de aditamento contratual.

### Partes relacionadas - Passivo

Invepar	15.000
<b>Total parte relacionada</b>	<b>15.000</b>

**Remuneração da Administração:** Em 23 de setembro de 2020, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$89.144 para exercício de 2020. **6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social:** No dia 23 de setembro de 2020, foi deliberado em assembleia geral de constituição de sociedade por ações, a subscrição do capital social no montante de R\$1.000, dividido em 1.000 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 01 de outubro de 2020 a Invepar integralizou o capital social da Companhia no valor de R\$1.000,00 (Hum mil reais) em moeda nacional. No dia 08 de outubro de 2020 foi aprovado na assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$249.000, mediante emissão privada de 249.000 (duzentas e quarenta e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 cada. Na mesma data o valor foi integralizado pelo acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$250.000, sendo 250.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, integralizados em moeda corrente nacional. A totalidade das ações emitidas foi integralmente subscrita e integralizada, pela única acionista da Companhia, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$500.000, conforme assembleia geral extraordinária de 08 de outubro de 2020. **b) Reserva legal e outras reservas:** A Companhia destinará 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Haverá formação de Reservas para Contingências, caso haja necessidade, por proposta do Conselho de Administração e constituição de Reserva de Lucros a Realizar, se for o caso, por proposta do Conselho de Administração. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração. **7. RESULTADO POR AÇÃO:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2020
Numerador básico	(185.826)
Prejuízo atribuído aos acionistas ordinários	(185.826)
Denominador básico	250.000
Média ponderada das ações	250.000
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,7433)

**8. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS:** Considerando que a Companhia foi constituída em 23 de setembro de 2020 e encontra-se pré-operacional, até a data de emissão dessas demonstrações contábeis não há processos judiciais em andamento. **9. DESPESAS POR NATUREZA:**

	31/12/2020
Despesas administrativas	(54.370)
Consultoria e auditoria	(131.456)
Despesas gerais e administrativas (a)	(185.826)

a) Gastos incorridos para a constituição da Companhia, como: consultoria, auditoria e despesas de legalização (atas). **10. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Companhia poderá estar exposta, em virtude do seu atual estágio, aos seguintes riscos: • Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. • Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Contador** - Amanda do Vale - CRC

**HLASA PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ Nº 39.393.829/0001-37

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

**Grant Thornton**